

Processo n.º projeto-de-lei nº 010/00

0A41DDDB07BC

Espécie do Expediente: "Acrescenta inciso VI no artigo 23 da Lei nº 1025, de 26
Espécie do Expediente: "Acrescenta inciso VI no artigo 23 da Lei nº 1025, de 26 dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 1362, de 30 de maio de 1997." Proponente:Executivo Municipal
Proponente: Executivo Municipal Protocolado sob nº 1961/f1s. 2000 Protocolado sob nº 1961/f1s. 2000 Andamento Andamento Em 5.0. de 11.04.00 o processo foi encaminhado a Secretaria Decambility Managara de Sutre e leadante de Secretaria Decambility Managara
Data de Entrada 04 / abril 2000
Protocolado sob n° 1961/fls. 20 BENEZIO
Andamento Agento
Pm 5.0. de 11.04.00 o processo foi encaminhado a Secretaria. Doray 12. Como de Sustre e Regione 250 Culture, Toure. Armit. Levil. Ulm
and so the oses by aprend com It was provider a off the
Rm 50. 19.06.00 Pariza an Comissos de Distre e Recento de Controlo





Prefeitura Municipal de Guaíba ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A FORÇA DE GUAÍBA É O SEU POVO ADMINISTRAÇÃO 1997/2000

Of. Gab. nº 077/00

Guaíba, 03 de abril de 2000

Senhor Presidente

Ao cumprimentá-lo, vimos encaminhar-lhe o Projeto de Lei nº 010/99, o qual acrescenta o inciso VI ao Art. 23 da Lei nº 1.025/90, alterado pela Lei nº 1.362/97, exigindo como requisito parado candidatar-se e exercer as funções de Membro do Conselho Tutelar, submeter-se a examego psicotécnico, realizado por profissional habilitado e indicado pelo Município, que fornecerá laudo atestando condições psicológicas para o exercício do cargo.

Esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta exigência visa qualificar o Conselheiro Tutelar e vêm a atender uma reivindicação esta esta exigência visa qualificar o Conselheiro Esta exigência visa exigência

formulada ao Executivo Municipal pelos 03 (três) Juizes que atuam na Comarca de Guaíba.

ada ao Executivo Municipal pelos 03 (três) Juizes que atuam na Comarca de Guaíba.

Solicitamos ainda que o presente Projeto de Lei seja apreciado em **Regime de URGÊNCIA**, Solicitamos ainda que o presente Projeto de Lei seja apreciado em Regime de URGÊNCIA de visto que o Edital de convocação para as eleições de Membros do Conselho Tutelar, deverá sero publicado até o final do corrente mês e seria importante que este requisito para candidatar-se ao cargo em referência pudesse já estar regulamentado.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente

NELSON CORNETET
Prefeito Municipal

RECEBIO OF MEMBRICA DE LA CORNETE DE LA CORNETE

SECRETARIA

Exmo. Sr. Dr. HENRIQUE TAVARES MD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guaíba/RS





Projeto de LEI nº 010/00

A FORÇA DE GUAÍBA É O SEU POVO **ADMINISTRAÇÃO 1997/2000**

> Acrescenta inciso VI no Art. 23 da Lei nº 1.025, de 26 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 1.362, de 30 de maio de 1997.

PREFEITO

MUNICIPAL

DE

GUAÍBA.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º É acrescido no Art. 23 da Lei nº 1.025/90, alterada pela Lei nº 1.362/97, o inciso VI, com a seguinte redação:

Art. 1º É acrescido no Art. 23 da Lei nº 1.025/90, alterada pela Lei nº 1.362/97, o inciso VI, seguinte redação:

Art. 23. ...

VI - submeter-se a exame psicotécnico, realizado por profissional habilitado e indicado pelo Municipio, que fornecerá laudo atestando condições psicológicas para o exercício do cargo.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua ação.

ete do Prefeito Municipal de Guaíba, em

NELSON CORNETET
Prefeito Municipal

NELSON CORNETET
Prefeito Municipal

NELSON CORNETET
Prefeito Municipal

publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, em

Registre-se e Publique-se:

JOÃO BATISTA CASTRO RODRIGUES Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos







Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.º

PROCESSO N.º 010/00

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

Solicitanos perecer des DPM.

Sala das Comissões, em

19/04/00

Presidente

Relator







CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Guaíba, 19 de abril de 2000

Of. 11 / DJC / 2000 Em. 19 / 04 /2000

Sr. Diretor:

Vimos através do presente, solicitar auxilio deste Colendo Órgão no que tange a validade e a legalidade do Projeto de Lei ora em anexo.

PROJETO DE LEI N.º 010/00 - Executivo Municipal - "Acrescenta inciso VI no artigo 23 da Lei nº 1025, de 26 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 1362, de 30 de maio de 1997".

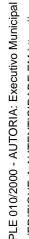
Sem outro objetivo, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente

Ver. Henrique Tavares

Presidente

Ilmo. Sr. Dr. Oscar Breno Stahnke M.D. Diretor do DPM POA/RS







Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.°

PROCESSO N.° 010/00

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina de varável a tramitação do pocesso, mesmo Lem Jaricu folgitado a JPM fela escasses do pras la compansa das elliçãos fro Com Comentado a Manigação das elliçãos fro Comentado de Manieros fro Comentados de Manieros fro Comentados de Comentados

Sala das Comissões, em // MOUD LOOO

Rresidente

Relator



PLE 010/2000 - AUTORIA: Executivo Municipal



Comissão de Cultura, Educação e Assistência Social

Parecer N.º

PROCESSO N.º 010 00.

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

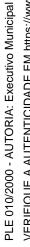
Favoravelmente a matéria que acresce inciso VI, no art. 23 da lei nº 1025/90, alterada pela Jei nº 1362/97. En tendennos o exame prico técnico critério fundamental para o elercicio do cargo.

Sala das Comissões, em 11 maio de 2000.

Presidente

Alevandowski

Relator







CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. nº 059/00

Guaíba, 17 de maio de 2000.

Senhor Prefeito:

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, cópia do Projeto-de-Lei nº 010/00, aprovado em sessão plenária realizada em 16 do corrente, para fins de sanção desse Executivo; bem como comunicar-lhe que foi mantido o veto ao Projeto-de-Lei nº 006/00.

Outrossim, gostaríamos de solicitar-lhe que, se sancionado for o projeto, nos seja enviada uma via da lei correspondente a fim de integrar os arquivos de nossa Secretaria.

Sem mais, subscrevemo-nos cordialmente.

VER. HENRIQUE TAVARES
PRESIDENTE

Ilmo. Sr. Nelson Cornetet M.D. Prefeito Municipal NESTA



